

EXPANSÃO UNIVERSIDADE

Ciências e Tecnologias de Informação realizam 2.ªs jornadas científicas

Os cursos de Ciências e Tecnologias da Escola Superior Politécnica, Universidade José Eduardo dos Santos (UJES), realizaram as suas 2.ªs jornadas científicas, esta semana. A abordagem das ciências de computação e tecnologias de informação marcaram o debate, segunda-feira, no Luena, na abertura do evento desta Escola Superior Politécnica do Moxico, que decorreu até ao dia 20. Na primeira temática, foi abordada a criação de diversos *softwares* para o desenvolvimento da gestão e da rede escolar, bem como a aplicação de tecnologias de informação e comunicação (TIC). Ao longo do primeiro dia, foram ainda discutidos os projectos ligados às ciências da saúde, sobre a avaliação do risco biológico nos laboratórios clínicos e microbiológicos, bem como as habilidades de investigação científica. No segundo painel, a discussão girou à volta da conduta toxicológica e a universidade, com enfoque interdisciplinar na saúde reprodutiva e sexual na formação de enfermeiros universitários. A Escola Superior Politécnica pertence à Universidade José Eduardo dos Santos (UJES), integrada na V região académica, que inclui as províncias do Huambo, Bié e Moxico.

UNIVERSIDADE AGOSTINHO NETO

Docentes e alunos de Direito devem ser mais empenhados

Faculdade de Direito da Agostinho Neto assinalou os seus 35 anos num colóquio onde a preocupação com a qualidade do ensino esteve no centro do debate. Curso deve adequar teoria à prática, e alunos e professores devem apostar na formação e na investigação.



José Van-Dúnem (à direita na foto) apontou caminhos para a qualidade do curso de Direito

Lidia Onede

AYLTON MELO

O 35.º aniversário da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho (FADUAN), assinalado na semana passada com um colóquio internacional, ficou marcado pela preocupação com a qualidade do ensino, pesquisa e prática do Direito no País.

José Van-Dúnem, professor da instituição, defendeu que a faculdade deve orientar a “bússola” de modo a que “continue a seguir o caminho que leva à excelência, tendo como baliza a qualidade do ensino e da pesquisa”.

“O que fazer? Como pensar nesta dupla missão de formar bons juristas e bons pensadores do direito e na responsabilidade de preparar bons operadores de direito, como recursos humanos fundamentais para a justiça?”, questionou o académico. “Esta casa está a contribuir, no âmbito da UAN, para a formação de quadros? De que forma isso está a acontecer?”, prosseguiu.

Van-Dúnem, que também é sociólogo, elegeu dois grandes campos – formação académica e profissional – como os principais desafios e preocupações para o futuro.

“O meu interesse é situar o papel da nossa casa em relação a estes dois campos”, explicou, numa sessão onde foram várias vezes referidas algumas “deficiências” na formação académica da faculdade.

Para o docente, factor preocupante é “a falta de empenho de muitos dos docentes e discentes”. “Os alunos, por vezes,

exigem mais do que se empenham, poucos entre eles pesquisam ou consultam os livros da biblioteca”, lamentou Van-Dúnem.

Para se poder falar em “excelência”, defendeu o académico, “há uma partilha de esforços a ser feita”. “O Centro de Estudos da Faculdade deve criar espaços para pesquisa, de forma a que, muito cedo, o discente faça investigação científica”, disse.

Propostas para mudar o quadro actual

“É curioso começar uma reforma de fundo quando já começámos várias, e algumas mantêm-se inacabadas”, sublinhou, acrescentando que numa reforma se deve mexer “não só nas disciplinas e sua articulação, mas também introduzir-se outras disciplinas que permitam ao futuro jurista ter uma cultura jurídica sólida sobre a sua realidade dialogando com outros saberes. Existem outras dimensões do direito com as quais os estudantes devem entrar em contacto na licenciatura”.

Na licenciatura em Direito, referiu ter de haver “articulação entre teoria e prática” e devem ser introduzidas “novas disciplinas que hoje são incontornáveis, como a sociologia jurídica, ecologia jurídica, etnologia jurídica e outras”. A ideia, explicou, é criar um quadro “em que se admitam profissionais de outras áreas do saber”.

O curso “deve dialogar” com as disciplinas de opção”, afirmou, e ao longo da licenciatura deve mostrar-se aos alunos, “de forma crítica, que as fontes do direito podem ser pensadas a partir da nossa realidade e con-

textos”. O curso, sublinhou, deve ensinar a “respeitar e olhar de frente a riqueza do nosso direito, que é a existência de um pluralismo jurídico forte, e explorar não só o seu conteúdo mas também os contornos para que o estudante aprenda desde muito cedo que o direito e os tribunais não são autónomos, nem suficientes em lado algum, muito menos em Angola”.

“Outro factor preocupante é a falta de empenho de muitos docentes e discentes”, diz Van-Dúnem

Levar estas sugestões em conta, referiu, “evitaria que o ensino ficasse bloqueado a uma dogmática jurídica, sem abrir espaço à criação de disciplinas teóricas que levem a outras reflexões, inclusive para identificação jurídica de vários fenómenos do direito que a vida quotidiana coloca aos operadores do direito”.

Colocar estas propostas em prática, disse, exige novos pressupostos, como o uso de outros métodos modernos de ensino, a criação de tribunal simulado na faculdade, e a formulação de novas exigências e rigor na preparação docente.

Para o ministro do Ensino Superior, Adão do Nascimento, a instituição é, apesar dos desa-

fios, “uma referência exemplar na formação de quadros com qualidade”. “Até certo ponto, [a Faculdade de Direito] tem dado o seu contributo para o desenvolvimento do ensino superior”, considerou, adiantando que, ao longo de 35 anos de história, a instituição contribuiu para a formação de quadros e a investigação científica. O responsável lembrou que a qualidade em todo o sistema de ensino “foi sempre uma preocupação dos vários governos, desde os primórdios da independência do País”.

José Van-Dúnem, por seu turno, lembrou que, nos primeiros anos da faculdade, então instalada no antigo Instituto Nacional de Estatística, “havia por parte do corpo directivo e científico a preocupação de produzir um ensino de qualidade e uma formação de excelência”.

Era “um desafio bastante ambicioso para os tempos que se viviam, procurando recrutar os alunos mais destacados, em termos de qualificação, aliciando-os a fazer carreira académica”, explicou, recordando o esforço que foi feito entretanto na criação de programas de mestrado e doutoramento com a Universidade Nova de Lisboa e com a Universidade de Coimbra, em Portugal, entre outras.

À margem do colóquio, a efeméride também serviu de pretexto para a entrega de diplomas e certificados de mérito a docentes e funcionários da instituição, e para assinalar o trabalho de alguns órgãos da comunicação social, entre os quais, o *Expansão*, em prol da divulgação dos eventos da instituição de ensino.



“É necessário haver interacção entre várias ciências sempre que estejamos no domínio do direito a fazer investigação. Deve respeitar-se uma regra sagrada: qualquer que seja o ramo da ciência que se queira estudar, deve levar-se em consideração a realidade que circunda o fenómeno em estudo.”

Elisa Nunes

Professora-doutora da Faculdade de Direito da UAN

“O Projecto Educativo Escolar é um documento que se constitui num instrumento de orientação e numa nova forma de trabalho. Permite diagnosticar os problemas reais do nosso sistema educativo e prevê os recursos necessários para o cumprimento dos objectivos da escola.”

João Cafequena

Director nacional do Ensino Geral